

Luciana Zerati

PARIS 2024

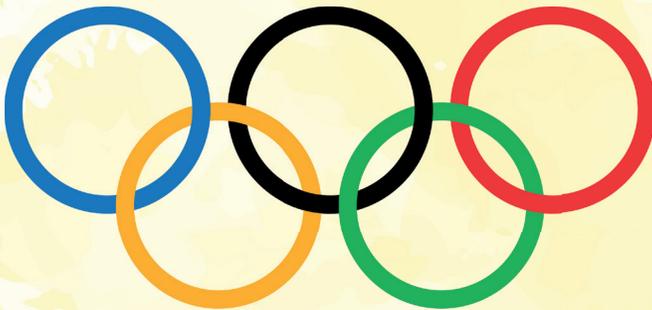
A MAIOR IGUALDADE DE GÊNERO
NA DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS
NOS JOGOS OLÍMPICOS



Luciana Zerati

PARIS 2024

A MAIOR IGUALDADE DE GÊNERO
NA DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS
NOS JOGOS OLÍMPICOS



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Departamento de Jornalismo

Trabalho de Conclusão de Curso

**Paris 2024: a maior igualdade de gênero na distribuição
de vagas nos jogos olímpicos**

Luciana Zerati

Orientação

Anna Flávia Feldmann

Texto

Luciana Zerati

Diagramação e capa

Alline Garcia Bullara

Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes – FAFICLA
Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes/SP – Fone: 3670-8217

AGRADECIMENTOS

Agradeço, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, oferecendo apoio, orientação e incentivo. E a todas as mulheres que lutam por seus espaços, cuja coragem e determinação inspiram a construção de um futuro mais igualitário.

À minha mãe, Ade, que me fez ser quem eu sou, sendo minha maior fonte de incentivo, mesmo quando a saudade apertava, e por ser minha calmaria em meio à tempestade.

Aos meus irmãos, Giovana e Henrique, com quem formo um belo trio; independente da distância que nos separa, nossa união nos torna mais fortes.

Ao meu pai, Alberto, como eu queria que você estivesse aqui, mas tenho certeza de que está orgulhoso. Cada conquista é dedicada ao amor e apoio que você sempre me deu, e agora sua filha mais velha concluiu a graduação.

Aos professores que me conduziram até aqui, vocês foram essenciais e profissionais. Obrigada por cada ensinamento.

E por último, mas não menos importante, deixo meus agradecimentos para as amigas que a Pontifícia me deu, e que tornaram esse processo mais leve. Obrigada pelas risadas, aprendizados e parcerias; vocês foram fundamentais nesta e em todas as jornadas que virão.

SUMÁRIO

Introdução 7



**Da Grécia Antiga à Idade Média -
Os Jogos Olímpicos da Antiguidade 8**

1.1 Mulheres Espartanas x Mulheres Gregas 9
1.2 Os primeiros Jogos Olímpicos da Grécia Antiga 14
1.3 Mulheres adentrando no ambiente esportivo..... 18



**Estabelecimento das mulheres nos
Jogos Olímpicos da Era Moderna 20**

2.1 Restabelecimento dos Jogos Olímpicos 21
2.2 Paris 1900: a largada feminina 24
2.3 O papel de Alice Milliat na promoção
da participação feminina..... 28



Avanços no Século XX no esporte..... 32

3.1 O papel dos movimentos feministas
e suas revoluções sociais 33
3.2 Segunda onda do feminismo e seu impacto
no esporte 36
3.3 Visibilidade e profissionalização das mulheres
no ambiente esportivo..... 40



Aumento da igualdade de vagas nos Jogos Olímpicos de Paris-2024..... 44

- 4.1 A conquista da maior igualdade de vagas olímpicas entre homens e mulheres da história 45
- 4.2 Marcos históricos dos Jogos Olímpicos Paris-2024 49
- 4.3 Carta Olímpica - como o COI tem trabalhado para promover a igualdade de gênero 54



Os Jogos delas: as mulheres brasileiras em paris 58

- 5.1 Início da participação brasileira feminina em Jogos Olímpicos 59
- 5.2 O protagonismo feminino nos Jogos Olímpicos de Paris é o brilho do Brasil 62
- 5.3 As mulheres brasileiras nos Jogos Paralímpicos 66

Conclusão 71

Referências bibliográficas 72

A todas as mulheres, que com força, coragem e determinação, transformam o mundo ao seu redor.

Que suas conquistas sejam celebradas, suas vozes ouvidas e seus sonhos sempre respeitados. Que a luta por igualdade continue, e que cada passo dado inspire mais mulheres a acreditarem em seu poder e a seguirem seus caminhos.

INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres enfrentaram muitas barreiras para participar em diferentes esferas da sociedade, e o esporte foi uma delas. Nos Jogos Olímpicos da Grécia Antiga, elas foram completamente excluídas, refletindo a subordinação feminina vigente nas sociedades ocidentais. Apenas em 1900, nos Jogos de Paris, as mulheres tiveram sua primeira participação olímpica, limitada a algumas modalidades “adequadas” ao gênero, como tênis e golfe. Essa inclusão inicial marcou o início de uma longa luta por espaço e reconhecimento, que seria impulsionada pelos movimentos feministas ao longo do século XX.

Com o crescimento das reivindicações feministas por igualdade de condições, o número de mulheres competindo nas Olimpíadas aumentou gradativamente. A luta por direitos civis influenciou diretamente o ambiente esportivo, resultando em mais modalidades abertas para atletas femininas e na inclusão de mulheres em delegações de todos os países, como visto nos Jogos de Londres 2012.

Nos Jogos de Paris 2024, esse avanço foi consolidado, com quase 50% de participação feminina, representando o maior número da história olímpica. Além dos números, essa representatividade reflete uma mudança cultural no reconhecimento das mulheres no esporte. Este trabalho analisa a trajetória das mulheres nos Jogos Olímpicos, destacando como os movimentos feministas foram fundamentais para essas conquistas e discutindo os desafios que ainda precisam ser superados para alcançar a verdadeira equidade de gênero no esporte.

1

Da Grécia Antiga
à Idade Média
- Os Jogos
Olímpicos da
Antiguidade

MULHERES ESPARTANAS x MULHERES GREGAS

A desigualdade entre os sexos tem sido uma característica central e persistente ao longo da história da humanidade, desde os tempos primitivos até atualmente. Nas sociedades de classes antigas, as disparidades de gênero eram muitas vezes profundamente enraizadas, refletindo não apenas diferenças biológicas, mas também sistemas de poder e controle social.

Desde os primórdios da civilização, as normas de gênero eram frequentemente moldadas por ideias patriarcais, que atribuíam maior valor e prestígio aos homens em detrimento das mulheres. Essas ideias, enraizadas em tradições culturais e religiosas, muitas vezes justificavam e perpetuavam a subordinação das mulheres em diversos aspectos da vida social, política e econômica.

Nas sociedades de classes, as mulheres muitas vezes ocupavam posições inferiores na hierarquia social, com acesso limitado a recursos, oportunidades educacionais e poder de decisão. Elas eram frequentemente relegadas a papéis domésticos e reprodutivos, enquanto os homens desfrutavam de privilégios e autoridade.

Essa desigualdade de gênero era ainda mais exacerbada entre as classes sociais, onde as mulheres das classes mais baixas enfrentavam uma dupla opressão, tanto de gênero quanto de classe. Elas eram frequentemente exploradas como mão de obra barata em trabalhos domésticos e agrícolas, sem ter voz nas decisões que afetavam suas próprias vidas.

Dentro do complexo panorama dos tempos primitivos, as práticas esportivas transcendiam sua função de exercícios físicos. Eram rituais intrinsecamente ligados aos eventos religiosos, às festividades populares e até mesmo às atividades vitais de subsistência, como a caça. No entanto, enquanto essas atividades delineavam a rotina diária, a presença feminina emergia não apenas como uma constante, mas como um fio de resistência em meio à predominância da estrutura patriarcal.

Nesse contexto, a história da participação das mulheres nas atividades de caça é uma narrativa frequentemente negligenciada, porém fundamental, na história antiga. As mulheres desempenhavam um papel significativo nesse aspecto, contribuindo com sua habilidade e destreza para garantir o alimento necessário. Suas habilidades na arte da caça eram fundamentais para a subsistência das famílias, fornecendo uma fonte essencial de alimento e recursos. Ao enfrentarem os desafios da natureza e demonstrarem sua perícia na caça, as mulheres desempenhavam um papel ativo e indispensável na economia doméstica e na sobrevivência das comunidades. No entanto, essa participação muitas vezes era subestimada ou até mesmo ignorada, à medida que as sociedades patriarcais tendem a valorizar mais as conquistas masculinas.

As restrições enfrentadas às mulheres nas atividades de caça eram reflexos das limitações impostas pelo patriarcado em todas as esferas. Além da exclusão de espaços e eventos específicos, as mulheres eram frequentemente restringidas por padrões sociais estabelecidos, o que limitava seu acesso aos espaços públicos e restringia suas oportunidades de participação ativa na sociedade.

Esse desfavorecimento das mulheres nas práticas esportivas não apenas evidenciava as desigualdades de gênero enraizadas na cultura, mas também representava um obstáculo significativo ao pleno desenvolvimento de suas habilidades e talentos. Ao serem privadas do acesso igualitário aos recursos e oportunidades, as mulheres eram impedidas de alcançar seu potencial máximo, o que resultava em uma perda coletiva para a sociedade como um todo.

Conforme Ana Maria Miragaya, organizadora e autora sobre Estudos Olímpicos e ex-membro do Comitê Acadêmico do Centro de Estudos Olímpicos do Comitê Olímpico Internacional (COI), "Não houve participação ativa das mulheres em práticas esportivas nos tempos primitivos, pois elas foram limitadas a certas



A mulher pré-histórica na caça

Fotografia: The Gallery Collection/Corbis

atividades, como, por exemplo, procriação, tarefas domésticas relacionadas a lavar, cozinhar, fiar, cuidar dos animais, etc.” Ela também comenta que a participação era sempre controlada por uma sociedade patriarcal, que se impunha pela força física: “A força física sempre foi um determinante de poder e dominação, causando a distribuição de papéis na sociedade, inclusive a construção de gêneros, até os dias de hoje.”

A transição dos tempos primitivos para a sociedade mais estruturada da Grécia Antiga marcou uma mudança notável no papel das mulheres. Enquanto nos tempos primitivos as mulheres frequentemente desempenhavam papéis ativos na subsistência e nas práticas sociais, na Grécia Antiga elas enfrentavam uma restrição significativa em suas liberdades e oportunidades.

A ascensão de uma sociedade mais estratificada e patriarcal na Grécia Antiga trouxe consigo normas mais rígidas e uma divisão mais clara entre os papéis de homens e mulheres. As mulheres eram frequentemente relegadas aos papéis domésticos e à esfera privada, enquanto os homens ocupavam posições de poder e autoridade na esfera pública. Essa mudança representou uma perda de autonomia e influência para as mulheres, cujas contribuições para a sociedade muitas vezes passaram a ser subestimadas ou ignoradas.

As mulheres espartanas eram conhecidas em meio a uma sociedade fortemente influenciada pelo gênero masculino pela sua coragem e pela autoridade que exerciam sobre seus maridos, características que as diferenciavam. Em um contexto dominado por homens era a norma, as mulheres espartanas eram encorajadas por seus pais a buscar independência e a se envolver ativamente na vida pública. Essa abordagem permitia que elas desfrutassem de uma relativa liberdade, algo incomum para a época. (MONROE,1972).

Dentro dessa atmosfera mais libertária, as mulheres espartanas não se limitavam apenas aos papéis domésticos tradicionais. Elas participavam de uma variedade de práticas corporais, desde corridas até lutas, arremesso de dardo e disco. Essas práticas desafiavam as concepções convencionais sobre o papel das mulheres na sociedade. Ao se engajarem nessas atividades, as mulheres espartanas reivindicavam uma posição de igualdade e demonstravam que suas capacidades transcendiam os limites estreitos impostos pela sociedade patriarcal, desafiando assim a ideia de que seu único propósito era a procriação. A mulher espartana representava a dignidade, a capacidade para enfrentar as vicissitudes da vida, a habilidade para aproveitar oportunidades que, a não ser no período primitivo, foram negadas às mulheres de outra parte da Grécia (MONROE, 1972).

Por outro lado, na Grécia Antiga, a principal função atribuída às mulheres, em especial às mulheres atenienses, era a de serem mães e cuidadoras da família. Elas eram proibidas de participar da política e de eventos públicos. A educação das mulheres em Atenas era limitada e focada principalmente em habilidades domésticas, como gerenciamento da casa e cuidados com os filhos. Além disso, nos tempos da Grécia Antiga, raiz de toda tradição ocidental, os atenienses acreditavam que as mulheres deveriam andar cobertas dos pés à cabeça para não serem vistas; logo, elas não podiam participar de competições esportivas porque elas teriam que se expor. Além disso, acreditava-se que o corpo feminino era condicionado para a maternidade (MIRAGAYA, 2002).

Essa distinção de papéis entre Esparta e outras cidades-estado gregas reflete as diferentes abordagens em relação ao papel das mulheres na sociedade antiga. Enquanto Esparta buscava uma sociedade mais igualitária em termos de gênero, outras cidades-estado, como Atenas, mantinham estruturas patriarcais mais rígidas, que limitavam a participação e os direitos das mulheres.

Katia Rubio, coordenadora do Grupo de Estudos Olímpicos, avalia a maneira em que os papéis e as liberdades das mulheres espartanas diferiam das mulheres na Grécia Antiga. “O entendimento de cidadania em Atenas e em Esparta eram destinos. As mulheres espartanas tinham uma participação na vida da cidade de ‘guardiãs da cidade’, especialmente quando os homens iam para a guerra. Em Espartas era uma questão instrumental para a cidade que as mulheres na ausência dos homens pudessem defender a cidade”.



Fotografia: HubPages

Representação da vida feminina na Grécia Antiga, com as mulheres realizando tarefas domésticas

OS PRIMEIROS JOGOS OLÍMPICOS DA GRÉCIA ANTIGA

Na Grécia Antiga, os primeiros Jogos Olímpicos eram conhecidos como Jogos Panatenaicos, e eram considerados o “evento esportivo” mais significativo do mundo. Estes jogos estavam diretamente ligados a festividades religiosas, celebrando os deuses através de uma variedade de competições atléticas, que incluíam desde lutas até jogos diversos. Os jogos representavam uma forma de conflito saudável, sem o uso da violência.

As mulheres eram proibidas de participar dos Jogos Olímpicos, mesmo como espectadoras. Os gregos justificavam essa exclusão alegando preocupações com a segurança das mulheres, argumentando que elas poderiam sofrer danos físicos devido à natureza íngreme do local de competição. Em contrapartida, os gregos apontavam para a existência dos “Jogos de Hera”, festivais organizados exclusivamente para mulheres, como uma alternativa adequada para sua participação atlética. Esses jogos eram dedicados à deusa Hera e proporcionavam às mulheres a oportunidade de competir em atividades esportivas, proporcionando uma forma de participação atlética dentro dos limites culturais da época.

Entretanto, a real participação das mulheres nos Jogos Olímpicos era impedida devido à concepção grega de que a cidadania estava intrinsecamente ligada à capacidade de lutar, uma atividade proibida para mulheres naquela época. Essa percepção sugeria que o argumento de inferioridade biológica não era o ponto central, mas sim o aspecto político da questão. Para os gregos, a participação nos Jogos Olímpicos era vista como um privilégio reservado aos cidadãos do sexo masculino, que estavam envolvidos na política e na defesa da cidade-estado. Portanto, a exclusão das mulheres não era apenas baseada em supostas limitações físicas, mas também refletia as normas sociais e políticas da sociedade grega antiga, que desencorajavam a participação feminina em atividades públicas e políticas.



Homens da Grécia Antiga disputando uma prova de atletismo

Para Rubio, a questão da prática esportiva na Grécia antiga não diz respeito a uma questão de gênero, mas uma questão política: “os jogos eram exclusivamente dos cidadãos. A participação primordial era destinada somente aos cidadãos, aqueles homens que, na prática da sua cidadania, defendiam as suas cidades-estados. As mulheres não desfrutavam da condição de cidadãs, e esse era o argumento para que elas fossem excluídas dos jogos”.

A participação das mulheres nos jogos era extremamente difícil devido à proibição até mesmo de sua presença na plateia. Em 404 aC, durante a 94ª Olimpíada, Kallipatira desafiou as regras que proibiam as mulheres de participarem dos Jogos Olímpicos Antigos, incluindo sua presença na plateia. Disfarçada de treinador, ela apoiou seu filho, Psirodos, que acabou se tornando campeão. No entanto, após a vitória do seu filho, Kallipatira invadiu a arena e, ao deixar cair a sua vestimenta, foi descoberta.



Pintura de Kallipatira
após ser descoberta
como infiltrada



Fotografia: Ministério da Cultura e Esportes da Grécia

Após esse incidente, uma nova lei foi estabelecida proibindo os treinadores de usarem túnicas durante as competições, com o intuito de evitar que as mulheres participassem de forma disfarçada nos eventos esportivos.

Logo depois da Grécia ser conquistada pelo imperador Teodósio e submetida ao domínio romano, as práticas esportivas, anteriormente celebradas como festivais pagãos, foram proibidas. Nesse período, as mulheres eram exclusivamente relegadas a papéis secundários nos eventos esportivos, participando apenas como dançarinas ou acrobatas, sem qualquer envolvimento direto em atividades esportivas, portanto, sua presença era destinada principalmente ao entretenimento dos convidados.

MULHERES ADENTRANDO NO AMBIENTE ESPORTIVO

Durante a Idade Média, as mulheres enfrentaram um ciclo de progressos e retrocessos em relação à sua participação em atividades esportivas. Apesar das restrições sociais predominantes, elas conseguiram conquistar o direito de se envolver em algumas das mesmas práticas corporais de movimentos que os homens. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros registros da participação feminina em atividades de lazer como em atividades com bolas, xadrez e falcoaria.

É importante ressaltar que as mulheres que tinham a oportunidade de participar de atividades físicas eram, em sua maioria, mulheres ricas, que dispunham de mais tempo e recursos para se dedicarem a atividades de lazer.

Entretanto, no século XVII, as mulheres enfrentaram um retrocesso em relação aos seus direitos, sendo novamente subjugadas e tratadas como propriedade de seus maridos ou do parente masculino mais próximo, o que acarretou ainda mais a exclusão delas nas atividades festivas.

“De forma geral, as mulheres eram vistas exclusivamente como procriadoras e donas de casa. Qualquer coisa que pudesse alterar seu ciclo menstrual e interferir nas gestações e períodos de amamentação era malvista pela sociedade”. Outro ponto crucial para Miragaya era que: “as mulheres eram subjugadas, já que inicialmente a menina era controlada pelos pais e de casa saía somente para o controle do marido, sem direito de escolha”.



Fotografia: Domínio Público

Representação das mulheres na sociedade grega antiga

Conforme o século XIX avançava, houve um aumento nos movimentos que buscavam permitir a participação das mulheres em atividades esportivas. Apesar das restrições e preconceitos sociais enfrentados, algumas mulheres desafiaram as normas da época e começaram a se envolver nos cenários das competições esportivas. No entanto, esse envolvimento inicialmente se limitava principalmente a serem espectadoras, frequentemente acompanhadas por homens, e muitas vezes ocorria em eventos segregados ou em competições menos reconhecidas.

2

Estabelecimento
das mulheres nos
Jogos Olímpicos
da Era Moderna

RESTABELECIMENTO DOS JOGOS OLÍMPICOS

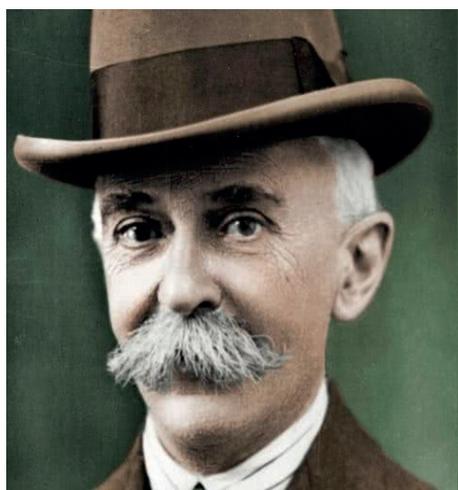
Os Jogos Olímpicos da Era Moderna, inaugurados em Atenas, Grécia, em 1896, representaram não apenas uma ressurreição dos antigos jogos, mas também coincidiram com um momento crucial na história mundial. No final do século XIX, o mundo estava testemunhando uma aceleração significativa no progresso científico e tecnológico. Este período de inovação e avanço foi fundamental para moldar as bases do que viria a ser o século XX.

Os Jogos Olímpicos modernos foram reinstaurados por Pierre de Fredy, um pedagogo e historiador francês mais conhecido como Barão de Coubertin. Inspirado pela admiração da cultura helênica e pelo legado dos Jogos Olímpicos da Antiguidade, o Barão de Coubertin empenhou-se na criação de uma instituição internacional, o Comitê Olímpico Internacional (COI), que realizaria eventos quadrienais, com o objetivo de promover a paz por meio do esporte e a nacionalidade dos participantes sob suas bandeiras.

O Barão de Coubertin reconhecia o direito das mulheres a uma educação esportiva. No entanto, devido a costumes antropológicos e culturais, apenas os homens poderiam competir, visando reproduzir fielmente a estrutura Grega em valores e costumes. Assim, as mulheres ainda enfrentavam restrições para adentrar nas competições, já que suas participações eram vistas como conceder-lhes direitos de cidadania associados ao papel de guerrear, seguindo uma influência das práticas das Olimpíadas da Antiguidade.

O barão Pierre de Coubertin

Dutch National Archives via Wikimedia Commons



Na primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, realizada em Atenas em 1896, as mulheres foram proibidas de competir. Apesar das tentativas de Coubertin em limitar a participação das mulheres nas competições, Stamata Revith uma mulher grega, decidiu protestar realizando a maratona do lado de fora do estádio. Ela completou a corrida em cerca de 4 a 5 horas e meia, superando a marca de alguns homens, e obteve testemunhas para assinar seus nomes e verificar o tempo de execução. Entretanto, apesar de seu feito, Revith não foi autorizada a entrar no Estádio Panathinaiko após a corrida.

Giovanna Xavier de Moura, Pós-Doutora na linha de práticas, políticas e produção do conhecimento, comenta sobre a participação de Stamata Revithi na maratona dos Jogos Olímpicos de Atenas: "Foi um marco importante que chamou a atenção para a capacidade atlética das mulheres em uma época em que isso era considerado fora do comum. O feito de Revithi não só contribuiu para a inclusão futura das mulheres nas provas olímpicas, mas também teve um impacto significativo na maneira como a sociedade passou a enxergar as mulheres, não mais como seres frágeis."

Stamati Revitch ficou conhecida como Melpomene, em referência à Deusa Grega da tragédia. Olhando para Stamata Revithi, eles só viram drama e não o seu feito extraordinário (DeFrantz, 1991). Apesar de não ter recebido reconhecimento internacional, sua ação marcou o início do ingresso gradual das mulheres nos Jogos Olímpicos.



Fotografia: Dominio Público

Pintura que retrata a mulher grega Stamata Revithi

Fotografia: George E. Koronaios



Estádio Panatenaico localizado na Grécia

PARIS 1900: A LARGADA FEMININA

Após a primeira edição em Atenas, 1896, a restrição à participação feminina nos Jogos Olímpicos foi excluída, atendendo às pressões do movimento pela inclusão das mulheres no esporte. Em Paris, França, 1900, marcou-se um momento histórico com a primeira inclusão oficial das mulheres nas competições olímpicas.

A segunda edição dos Jogos ficou notável pela simbólica participação feminina, resultado de falhas organizacionais e da falta de coesão do COI na administração do evento. Isso permitiu que alguns esportes fossem abertos às mulheres, já que as regras não as excluía diretamente. Assim, modalidades como golfe e tênis foram incluídas por serem consideradas esteticamente agradáveis e não envolverem contato físico entre as participantes. Apesar da participação inicial ser limitada em comparação com a dos homens e de muitas modalidades ainda serem exclusivamente masculinas, esse evento representou um marco importante na luta pela igualdade de gênero no esporte e na sociedade.

Na estreia das mulheres nos Jogos Olímpicos, sua representação era mínima, correspondendo a apenas 2,2% do total de atletas, com 975 homens e meras 22 mulheres. Entre elas, a tenista inglesa Charlotte Cooper fez história ao se tornar a primeira campeã olímpica. Contudo, apesar de sua conquista, ela não foi premiada com uma medalha, uma vez que as mulheres não eram reconhecidas como atletas na época, sendo consideradas apenas participantes.

Mayara Torres, Pesquisadora no Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE), da UFPR, avalia como a diferença entre atletas homens e mulheres nos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna reflete as barreiras enfrentadas pelas mulheres no esporte: "A diferença entre o número de atletas homens e mulheres desde os primeiros jogos é um processo sócio-histórico que

ocorre durante os anos, e, mesmo com a existência de diferentes movimentos e lutas, como as feministas que foram acontecendo durante o passar do tempo, ainda existem barreiras a serem enfrentadas e são observadas não só no número de mulheres que existem enquanto participantes mulheres olímpicas, mas também na luta que existe para uma mulher chegar até os Jogos Olímpicos.”



Fotografia: Domínio Público

Charlotte Cooper foi a primeira mulher a ganhar uma Olimpíadas

Nos Jogos Olímpicos de Londres em 1908, considerado o berço do esporte moderno, houve um aumento significativo no número de mulheres participantes, alcançando um total de 37. Esse aumento gradual refletiu uma tendência crescente em direção à inclusão feminina no evento. Além disso, ao longo dos anos, novas oportunidades esportivas foram abertas para as mulheres, com modalidades como arco e flecha e patinação artística sendo adicionadas às competições, ampliando ainda mais o repertório da participação feminina nos Jogos Olímpicos

Quatro anos depois, a quinta edição dos Jogos Olímpicos ocorreu em Estocolmo, na Suécia, contando com a participação de 2500 atletas, incluindo a representação de 48 mulheres. Nessa mesma edição, os próprios homens suecos deram um passo significativo em direção à igualdade de gênero ao incluírem provas de natação

feminina. As provas incluíam os 100m livre e o revezamento 4x200m livre, marcando assim a estreia das mulheres nas competições de natação olímpica.

“Um pouco antes da edição de 1912, havia uma discussão muito forte sobre quais modalidades seriam indicadas para a participação das mulheres, principalmente por causa das discussões relacionadas aos corpos delas e quais modalidades não iriam ferir ou expor os corpos. Por conta de todas as discussões sociológicas e históricas relacionadas ao corpo das mulheres naquele momento, a participação da natação feminina começa a quebrar um pouco esse tabu.” Torres analisa como a inclusão da natação feminina nos Jogos Olímpicos de Estocolmo em 1912, reflete o progresso e as mudanças nas percepções sobre a participação das mulheres no esporte durante esse período. Outra questão importante para ela, é sobre esse momento que tornou um dos marcos na participação das mulheres nos jogos: “Foi um ponto muito relevante, pois quando a Federação Internacional de Natação começou a permitir provas femininas, posteriormente, surgiu um movimento sobre a possibilidade de participação das mulheres em outras modalidades.”



Fotografia: Ireland Reaching Out

A australiana Sarah Frances Durack, foi a primeira mulher campeã olímpica de natação

A inclusão da natação nas competições olímpicas levou a FINA (Federação Internacional de Natação Amadora), fundada em 1908, a se tornar a primeira entidade na promoção da participação feminina. Esse marco impulsionou o Comitê Olímpico Internacional a iniciar uma discussão oficialmente sobre a participação das mulheres na próxima edição dos Jogos. No entanto, devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial, essas conversas foram interrompidas, comprometendo o desenvolvimento do debate sobre a inclusão das mulheres no esporte.

Com o término próximo da Primeira Guerra Mundial, a francesa Alice Milliat fundou a Fédération Sportive Féminine Internationale (Federação Esportiva Feminina Internacional - FEFI), com o objetivo de intensificar o reconhecimento da participação feminina e desafiar a estrutura dos Jogos Olímpicos da época.

O PAPEL DE ALICE MILLIAT NA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA

Em 1919, o Comitê Olímpico Internacional (COI) oficializou a participação feminina nos Jogos Olímpicos, um marco histórico que refletiu um reconhecimento crescente da importância das mulheres no cenário esportivo mundial. No entanto, apesar desse avanço, o atletismo, considerado o símbolo máximo das competições olímpicas, permanecia restrito apenas aos homens. Diante desse cenário, Alice Milliat se destacou como uma esportista no remo e uma figura proeminente no movimento pelo direito das mulheres no esporte.

Diante da recusa da Federação Internacional de Atletismo Amador (FIAA) em permitir a participação das mulheres no atletismo, foi fundada a Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI; 1921-1936). Seu principal objetivo era promover a inclusão feminina no esporte, especialmente nas Olimpíadas, onde a participação das mulheres ainda enfrentava muitas barreiras. A FEFI não apenas defendia o direito das mulheres de competir em igualdade de condições, mas também buscava garantir que suas conquistas fossem reconhecidas e celebradas em escala internacional.

De acordo com Aira Bonfim, mestre em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), especialista em Estudos Brasileiros. “Um pouco depois do ressurgimento dos Jogos Olímpicos no final do século XIX, observa-se um evidente incômodo por parte de certos grupos sociais que se sentiram excluídos da fase inicial dos jogos, não apenas na Europa, mas em todo o mundo. Um desses grupos notáveis é o das mulheres. Nesse contexto, a importância de Alice Milliat destaca-se como uma líder em um movimento que contestou essa exclusão,

promovendo a participação feminina nas competições olímpicas e internacionais, por meio da FEFI". Bonfim, também completa como inicialmente, esse movimento ganhou força na França, formando uma frente unida, e mais tarde atraiu mulheres de outras nações, e como resultou nas primeiras competições internacionais femininas, que representaram um marco significativo na história do esporte feminino: "esses eventos não apenas alcançaram sucesso, mas também chegaram ao ponto de disputar o próprio nome, sendo conhecidos como os Jogos Olímpicos femininos. A visibilidade dessas competições motivou negociações que levaram a um reconhecimento maior das atletas femininas e à inclusão de modalidades".

Fotografia: Milliat Fondation



Alice Milliat foi uma das pioneiras do esporte feminino moderno

A FEFI se envolveu em várias batalhas diretas com o COI e a FIAA em sua busca pela igualdade de gênero no esporte. Uma das estratégias adotadas foi a organização dos Jogos Olímpicos Femininos, sediados em Paris em 1922. Na sua primeira edição, o evento contou com a participação de 300 mulheres, um número significativo que demonstrou o crescente interesse e apoio à causa. Na segunda edição, esse número aumentou para 700, refletindo o contínuo crescimento da participação feminina no cenário esportivo internacional.

Além disso, os Jogos Olímpicos Femininos tiveram quatro edições e atraíram a participação de diversos países, atletas e apoiadores. Com o término oficial da Primeira Guerra Mundial e o surgimento desses eventos, o COI começou a enfrentar pressões crescentes devido ao aumento do interesse no esporte feminino e seu desenvolvimento. Esses jogos não apenas forneceram uma plataforma para as mulheres atletas demonstrarem seu talento, mas também desempenharam um papel crucial ao chamar a atenção para a importância da igualdade de gênero no esporte, influenciando a agenda esportiva internacional e impulsionando o movimento em direção à inclusão das mulheres nos Jogos Olímpicos.

“A quantidade de mulheres envolvidas no movimento político da FIAA mostra que elas estavam dispostas a praticar esportes e a serem reconhecidas como atletas. Além disso, esse movimento era uma estratégia de enfrentamento ao COI, evidenciando o grande poder de organização e consciência dessas mulheres para lutar pelos seus direitos, gerando um incômodo direto. Por outro lado, para o COI, havia um interesse secundário em ter controle e supervisão sobre o que as mulheres poderiam fazer, tentando manter certa influência sobre suas atividades”, Moura explora como as estratégias adotadas pela FEFI, como a organização dos Jogos Olímpicos Femininos, tiveram um papel crucial na criação de oportunidades para atletas femininas e na resistência contra a exclusão institucional, apesar da forte resistência enfrentada.

A edição dos Jogos Olímpicos de Amsterdã, em 1928, desempenhou um papel crucial na consolidação da presença das mulheres no esporte. Um total de 277 mulheres participaram do evento, em um total de 2883 atletas. Modalidades como ginástica e atletismo foram incluídas, embora este último tenha sido restrito a apenas cinco provas, mostrando ainda uma certa limitação em comparação com as competições masculinas.

Após 15 anos desde a inauguração da FEFI por Alice Milliat, na edição de Berlim em 1936, o COI começou oficialmente a reconhecer

as mulheres como atletas olímpicas. Elas representavam 10% do total de participantes, marcando um aumento significativo em relação às edições anteriores. Nesse mesmo ano, a FIAA assumiu a responsabilidade e os recordes pelo esporte feminino, sinalizando o fim da Federação Esportiva Feminina Internacional. Sobre esse assunto, Bonfim analisa que: “O ano de 1936 marca o início de um processo de abertura gradual e de luta. No entanto, ao longo desse período, as inspeções ginecológicas se tornaram naturalizadas, perpetuando desigualdades e reforçando uma visão binária das competições. Ao longo do tempo, essas lutas começaram a influenciar gradualmente o ambiente esportivo, buscando modificar essa realidade”.



Fotografia: Domínio Público

Foto da lançadora de disco Jadwiga Wajsówna durante uma competição de atletismo em Berlim (1937)

3

Avanços no
Século XX
no esporte

O PAPEL DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E SUAS REVOLUÇÕES SOCIAIS

Depois de um longo período no qual as mulheres eram a grande minoria, elas finalmente conquistaram espaços que antes eram destinados exclusivamente aos homens. Essa vitória foi resultado de intensas lutas dos movimentos feministas, que trouxeram avanços significativos nas condições das mulheres na sociedade. Esses avanços foram fruto de anos de ativismo, perseverança e mobilização social. Com essas conquistas feministas, o início do século XX já mostrava sinais de que a história da pequena presença feminina nos Jogos Olímpicos, assim como em muitas outras áreas da sociedade, seria diferente daquela do século anterior, já que o combate deixou de ser específico e restrito somente à questão de gênero, mas se configurou como um fator de preocupação em âmbito mundial e diversos aspectos relacionados à vida das mulheres começaram a ser tratados de forma mais aberta, embora sempre cercada de dificuldades e preconceitos.

A luta, que inicialmente se concentrava em sair do espaço privado e conquistar espaços públicos e direitos de cidadania, passou por um processo histórico marcado pelo enfrentamento e pela busca das mulheres em adquirir os direitos dos quais foram privadas. Esse processo visava construir uma dinâmica e uma prática diferente da ordem exclusivista e oculta de minorias que predominava anteriormente.

No decorrer desse processo, o movimento feminista se caracterizou pela luta pela inserção das mulheres em todas as esferas da sociedade e pela garantia de seus direitos fundamentais. Entre esses direitos, destacam-se o acesso ao mercado de trabalho em condições de igualdade, a conquista de uma maior participação nos esportes, e a luta por igualdade de direitos em geral. Outro aspecto fundamental foi a luta contra a violência de gênero, com reivindicações

e denúncias que expuseram as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres e pressionaram por mudanças legais e culturais.

A participação das mulheres na política também se intensificou, com um número crescente de mulheres ocupando cargos eletivos e posições de liderança. Essa presença feminina na política não apenas ampliou a representação das mulheres, mas também introduziu novas abordagens e prioridades na agenda política, especialmente em questões relacionadas à igualdade de gênero, saúde e bem-estar social. Além disso, a diversidade de perspectivas trazida pelas mulheres em posições de poder contribuiu para a formulação de políticas mais inclusivas e sensíveis às necessidades da população em geral. A promoção da igualdade de gênero tornou-se uma prioridade central em muitas plataformas políticas.

Porcentagem de mulheres em relação aos homens empregados por setor no século XX

Ano	Indústria %	Transporte %	Agricultura %	Comércio %
1914	26	2	9	27
1918	35	12	14	53
1920	27	4	10	40

Enciclopédia
Humanidades

As políticas voltadas para a igualdade de gênero também exerceram um impacto significativo no campo esportivo. Com a maior representação das mulheres nesse ambiente, houve um aumento do apoio e da defesa por políticas e iniciativas que promovem a igualdade de oportunidades no esporte. Isso abrangeu a implementação de medidas para combater a discriminação de gênero em todas as formas de esporte, desde o acesso equitativo a recursos e financiamento até a promoção de programas que incentivam a participação das mulheres em todas as modalidades esportivas. Esse movimento resultou em um aumento na visibilidade e no reconhecimento das conquistas esportivas das mulheres.

A partir dessas vitórias iniciais, os movimentos feministas continuaram a expandir suas reivindicações, incorporando questões

como o direito ao voto, a igualdade de gênero e a autonomia sobre o próprio corpo. Além dessas conquistas, a luta pelo acesso a métodos contraceptivos e pelo direito a um aborto seguro e legal possibilitou que as mulheres tivessem maior controle sobre suas vidas e seus corpos.

Conforme Carla Cristina Garcia, mestre e doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, “os movimentos feministas do início do século XX foram fundamentais para promover mudanças significativas nas legislações e nas políticas públicas em relação aos direitos das mulheres. Através de mobilizações, campanhas e da formação de organizações femininas, as feministas pressionaram governos e a sociedade a reconhecer a desigualdade de gênero e a necessidade de reformas”. Além disso, segundo Garcia, esses movimentos influenciaram a criação de políticas públicas que começaram a tratar questões de gênero de maneira mais séria, como o acesso a serviços de saúde, educação e proteção social para as mulheres, além de estimular um maior envolvimento das mulheres na política e na vida pública.



Fotografia: Reprodução

Manifestação do Movimento pela Libertação das Mulheres em Paris

SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO E SEU IMPACTO NO ESPORTE

Durante as últimas décadas do século XX, o progresso da integração das mulheres nas práticas sociais era observado em todo o mundo, enquanto a agenda e as ações feministas passavam por transformações, incorporando e eliminando elementos. Esse período é frequentemente chamado de segunda onda feminista, um movimento que se consolidou e representou um marco significativo na história da luta pela igualdade de gênero, precedido pela primeira onda do feminismo e seguido pela terceira onda feminista

Enquanto a primeira onda do feminismo focava-se principalmente na eliminação de barreiras legais à igualdade de gênero, como o direito ao voto e à propriedade, a segunda onda trouxe uma maior complexidade, destacando-se por marchas políticas e declarações radicais, sendo considerada a etapa mais desafiadora do movimento. Além disso, essa fase foi marcada por conquistas importantes em termos de igualdade nos âmbitos profissionais, militares, nos meios de comunicação e nos esportes.

Um dos marcos significativos dessa época foi o movimento sufragista, que teve origem na Inglaterra no século XIX, mas se disseminou pelo mundo durante o século XX. Esse movimento reivindicava direitos políticos para as mulheres, e abrangiam não apenas o direito de votar, mas também o direito de serem eleitas. As mulheres que participaram desse movimento enfrentaram resistência e oposição, e muitas vezes eram sujeitas a violência e perseguição pelas autoridades e pela sociedade em geral.

Gomes analisa: "O movimento sufragista estabeleceu as bases legais para o direito ao voto feminino, enquanto a segunda onda do feminismo ampliou esses direitos, promovendo inclusão e representatividade. Nessa fase, o feminismo lutou por igualdade em todas as esferas, destacando a importância de incluir as mulheres.

Com isso, o movimento combateu práticas discriminatórias e incentivou a participação política das mulheres, tanto como eleitoras quanto como candidatas, garantindo que os direitos conquistados fossem protegidos e expandidos.”

“Sufragistas atacam um policial”



Fotografia: Reprodução

Com a conquista do direito ao voto em países europeus como Nova Zelândia, Finlândia e Inglaterra, o movimento sufragista ganhou novo impulso ao chegar aos Estados Unidos. Em 3 de março de 1913, ocorreu a procissão do sufrágio feminino em Washington, D.C., em defesa do direito ao voto. Esse evento marca um ponto crucial no surgimento do movimento feminista nos Estados Unidos. Mulheres britânicas e norte-americanas foram protagonistas desse movimento, que rapidamente se espalhou pelo mundo. No entanto, enfrentaram forte resistência por parte da classe política e da sociedade da época, que argumentavam que o aumento dos direitos das mulheres poderia abalar a instituição familiar.

Nesse contexto, Garcia diz que a marcha trouxe uma maior visibilidade para as questões feministas e colocou os direitos das mulheres no centro do debate público. “A cobertura midiática global e o impacto nas redes sociais garantiram que as preocupações

levantadas pela marcha fossem amplamente discutidas e permanecessem na agenda pública.”

Com o avanço da segunda onda do feminismo, o movimento influenciou diversos setores da sociedade, incluindo o mundo esportivo. Antes da segunda fase do feminismo, o esporte era amplamente dominado pelo público masculino, proporcionando poucas oportunidades para que as mulheres participassem em condições de igualdade. Elas enfrentavam obstáculos para adentrar os esportes competitivos, deparando-se com a falta de financiamento, reconhecimento e apoio, além de serem frequentemente alvo de estereótipos e preconceitos de gênero.

Com o passar do tempo, o cenário esportivo começou a abrir pequenas brechas, proporcionando às mulheres uma nova oportunidade de redefinir os papéis sociais e de gênero. Esse processo foi impulsionado pela A visibilidade e a influência crescentes das atletas femininas desempenharam um papel crucial na conscientização sobre a importância da igualdade de oportunidades no esporte. À medida que mais mulheres se destacavam em diversas modalidades, suas conquistas começaram a ser reconhecidas e valorizadas, desafiando assim as normas tradicionais que restringiam a participação feminina no mundo esportivo.

Essa conscientização levou as mulheres a exigirem acesso igualitário a recursos esportivos, incluindo instalações, equipamentos e financiamento adequados para o desenvolvimento de suas habilidades atléticas. Além disso, elas buscavam oportunidades justas de competição, livres de discriminação e preconceito de gênero, garantindo que pudessem competir em pé de igualdade com o sexo masculino. A história das mulheres poderia ser dividida entre o antes e depois dessa revolução, tamanho os avanços no trabalho, na política, na economia e, principalmente, no controle de seu próprio corpo (LASCH, 1999).

“A importância desses movimentos foi e ainda é essencial para que as mulheres possam levantar pautas e ganhar potência para

alcançar aqueles que estão fora do movimento. Não se trata apenas da busca por direitos, mas também de abordar a questão das mulheres na sociedade em diversas áreas. Ou seja, tudo isso representa uma construção contínua, que começou com as primeiras ondas feministas, como o direito ao voto e a busca por uma participação mais igualitária na sociedade, se estendesse também ao esporte. Assim, iniciaram-se debates não apenas sobre o direito das mulheres de participar, mas também sobre temas como assédio, representação dos corpos femininos e diversidade de sexualidades”, Moura examina a questão da importância dos movimentos feministas para o avanço no esporte.

Em decorrência desse período, nos anos seguintes, o programa olímpico para as mulheres foi ampliado gradativamente. No entanto, as práticas esportivas em equipe continuaram proibidas até meados dos anos 70, quando o vôlei foi integrado ao programa olímpico feminino em 1964, e o basquete em 1976. (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009).

VISIBILIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO DAS MULHERES NO AMBIENTE ESPORTIVO

Após esse período, uma nova onda do feminismo se intensifica, trazendo consigo uma abordagem mais abrangente e inclusiva. Esse movimento visava combater os preconceitos de classe e reconhecer que a luta pela igualdade de gênero deveria ser interseccional. Essa fase também enfatiza a diversidade das experiências das mulheres, abordando questões de raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero.

Os novos movimentos feministas buscavam romper com a ideia de uma luta uniforme das mulheres contra as mesmas injustiças, destacando as diferenças de raça, classe e região. Esta abordagem foi crucial, revelando como muitas mulheres não se sentiam representadas nos movimentos feministas anteriores, já que eram lideradas em sua maioria por mulheres de classe média. Esse movimento destacava e valorizava grupos como mulheres negras e lésbicas, reconhecendo suas experiências únicas. Além disso, contribuiu significativamente para a diversificação do feminismo, dando origem a novas correntes e padrões.

A Batalha dos Sexos de 1973 é um exemplo emblemático dessa nova onda feminista. A partida de tênis entre Billie Jean King e Bobby Riggs tornou-se um marco cultural que destacou a luta pela igualdade de gênero no esporte. Defensora dos direitos das mulheres, Billie Jean King foi desafiada por Bobby Riggs, ex-campeão de Wimbledon e do US Open, em um duelo amistoso, após ele afirmar que o tênis feminino era tão inferior que até mesmo aos 55 anos de idade ele poderia vencer a melhor jogadora do mundo.

Billie Jean King venceu a partida, em um evento cheio de provocações entre ambas partes. Alguns jornalistas tentaram minimizar a importância da vitória, alegando que Billie Jean King era consideravelmente mais jovem que Bobby Riggs e insinuando que ele entregou o jogo. No entanto, mesmo diante dessas especulações, a vitória de

King permaneceu como um marco inegável, desafiando estereótipos e trazendo atenção global para a questão da igualdade no esporte.

O torneio teve um impacto além do esperado, especialmente por ter ocorrido logo após a aprovação da lei Title IX, que exigia que as escolas e universidades financiadas pelo governo oferecessem oportunidades iguais para ambos os sexos, incluindo bolsas de estudo, e protegessem as mulheres contra assédio e intimidação no esporte. O surgimento dessa nova lei marcou um avanço significativo no crescimento do esporte feminino, preenchendo uma lacuna em termos de liderança e figuras representativas para inspirar a nova geração de atletas.



Fotografia: Divulgação/WTA

Billie Jean e Bobby Riggs na “Batalha do sexo”

Durante essas revoluções, surgiram diversas ligas profissionais femininas em esportes como basquete (WNBA) e futebol (com destaque para a National Women’s Soccer League, fundada posteriormente em 2012), representando um marco significativo na igualdade de oportunidades no cenário esportivo.

A inclusão de mulheres nos quadros administrativos dos Jogos teve um início tardio, ocorrendo somente em 1981. Foi nesse ano que a norueguesa e ex-atleta de atletismo, Pirjo Haggman, e a venezuelana e ex-atleta de hipismo, Flor Isava-Fonseca, se tornaram as primeiras mulheres a assumir funções internas no Comitê Olímpico Internacional (COI). Essa nomeação foi um marco significativo, pois elas foram as primeiras membros do sexo feminino a participar do Comitê em seus 75 anos de existência, quebrando quase um século de domínio masculino ao serem incorporadas ao COI.



Fotografia: A. Fotografia Urbana

Flor Isava-Fonseca em uma fotografia de quando era atleta



Fotografia: Jauni Harala

Pirjo Wilm durante uma prova de atletismo

Após o período de ascensão no campo do esporte, os anos seguintes foram marcados por uma abordagem mais burocrática em relação à inclusão feminina. Na década de 1990, a participação das mulheres dentro do COI representava apenas 1% do quadro administrativo. Diante desse cenário, o COI implementou medidas para promover um aumento significativo da participação feminina.

Em 1994, por ocasião do centenário dos Jogos Olímpicos Modernos, foram feitas recomendações sobre novos modelos de participação esportiva, enfatizando a importância da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Como resultado, em 1996, foi redigida a Carta Olímpica, cujo objetivo era aplicar o princípio da igualdade de gênero no esporte, promovendo a participação das mulheres em todos os níveis e estruturas esportivas. Surgiu então no COI o movimento "Women and Sport", dedicado a impulsionar essa agenda, com a colaboração da Comissão das Mulheres no Esporte para garantir que esse compromisso fosse efetivamente cumprido.

Para Torres, houve uma mudança de paradigma, passando de uma posição mais passiva para uma atitude mais ativa e engajada no universo esportivo. "Inicialmente, a inclusão das mulheres no esporte era condicionada a uma postura passiva, sendo permitida apenas em modalidades que não "ferissem" seus corpos. Existia a percepção de que as mulheres, por serem consideradas o "sexo frágil", tinham funções relacionadas à gravidez e à família, o que as colocava em uma perspectiva extremamente vulnerável, como se não pertencessem ao ambiente esportivo". Além disso, para ela, à medida que as mulheres começaram a ganhar espaço em modalidades esportivas, mesmo aquelas que inicialmente não eram associadas à ideia de beleza corporal, essa perspectiva foi se transformando. "À medida que avançavam, as mulheres também começaram a ocupar cargos administrativos, rompendo significativamente com a dominância masculina nesse meio. Esse processo representou uma mudança fundamental na forma como as mulheres eram vistas e tratadas no cenário esportivo, desafiando estereótipos e desigualdades de gênero".

Aumento da
igualdade de vagas
nos Jogos Olímpicos
de Paris-2024

A CONQUISTA DA MAIOR IGUALDADE DE VAGAS OLÍMPICAS ENTRE HOMENS E MULHERES DA HISTÓRIA

Para além da importância histórica dos Jogos, a Olimpíada de Paris-2024 simbolizou a superação de obstáculos que ultrapassaram o âmbito esportivo, abordando também questões relacionadas a valores, ideais sociais e políticas.

Na recente edição dos Jogos Olímpicos, Paris-2024 se destacou ao atingir uma representatividade significativa de mulheres, evidenciando um avanço importante na igualdade de gênero no esporte. Segundo os dados do COI, as mulheres constituíram 49,14% dos atletas qualificados, um aumento de 0,34% em relação a Tóquio-2020. A crescente participação feminina nos Jogos Olímpicos reflete a evolução dos direitos das mulheres no esporte desde sua inclusão em 1900. Desde então, o aumento gradual da presença feminina tem sido um marco crucial para a igualdade de gênero, destacando o esforço contínuo para superar barreiras históricas e sociais que, por muito tempo, restringiram o acesso das mulheres ao esporte de alto rendimento.

De acordo com Bruna Dealtry, jornalista formada pela Facha e repórter do Cazé TV, a igualdade em Paris foi tratada com seriedade: "Muitas provas femininas foram colocadas pela primeira vez na história em horário nobre, em vez das masculinas, e foi a maratona feminina que encerrou os Jogos. Pode parecer um detalhe, mas isso demonstra como o tema gerou reflexões e ações em busca da igualdade. Cada passo é importante e impacta o futuro do esporte e das atletas mulheres ao redor do mundo".

O atletismo se destacou como um tema comum entre aqueles que marcaram a história ao conquistar a primeira medalha de ouro Olímpica para seus Comitês Olímpicos Nacionais (CONs). Julien

Alfred, de São Lúcia, venceu com autoridade nos 100 metros femininos, enquanto Thea LaFond, de Dominica, fez história ao conquistar o ouro no salto triplo feminino. Além disso, Cindy Ngamba se destacou como a primeira atleta refugiada a ganhar uma medalha em Jogos Olímpicos.

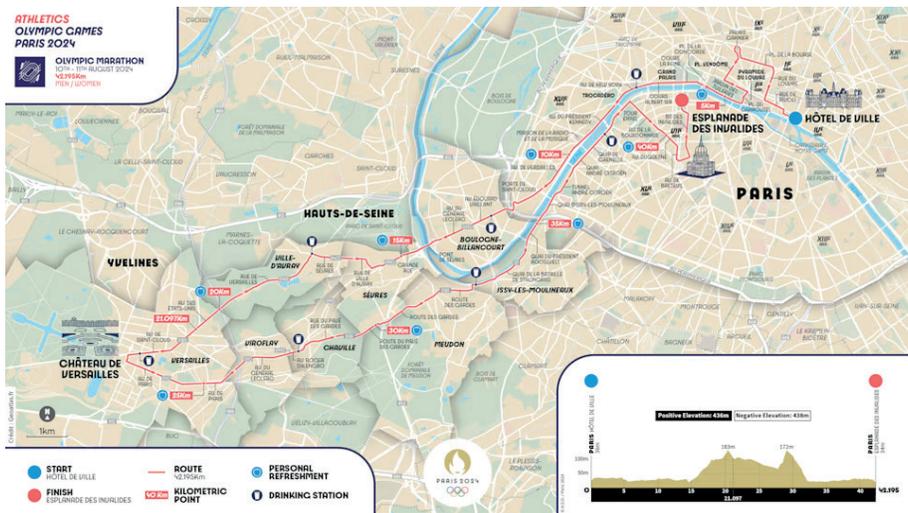
A lenda do esporte, Simone Biles, da equipe dos Estados Unidos, fez um retorno impressionante aos Jogos Olímpicos após se retirar das finais em Tóquio-2020 por questões de saúde mental. Em Paris, Biles adicionou mais quatro medalhas à sua coleção, incluindo três ouros nas finais por equipe feminina, no individual geral e no salto.

Pela primeira vez desde sua inclusão no programa olímpico em 1984, a maratona feminina foi realizada um dia após o evento masculino, encerrando o programa de atletismo e premiando as atletas na Cerimônia de Encerramento. Em Paris 2024, o evento teve uma importância ainda maior, pois a rota da maratona homenageou a histórica Marcha das Mulheres de 1789. Nessa marcha, cerca de 7.000 parisienses, liderados por mulheres do mercado, foram até a cidade de Versalhes exigindo pão e reformas políticas do rei.



Fotografias: Livraria Nacional da França

Marcha das Mulheres a Versalhes



Fotografica: Olympics Paris 2024

Rota da maratona nos Jogos Olímpicos de Paris, em homenagem a Marcha das mulheres

Embora tenha havido progresso significativo, a diferença de 0,86% em relação à meta de 50% de participação feminina nos Jogos Olímpicos de Paris-2024 destaca que ainda existem desafios a serem superados. Essa pequena diferença pode parecer mínima, mas, em um cenário de busca constante por igualdade de gênero, qualquer desvio da meta chama atenção e levanta questões sobre as barreiras persistentes que as mulheres enfrentam no esporte, como desigualdade de oportunidades, falta de apoio adequado e menor visibilidade.

Apesar de o COI ter oferecido igual número de vagas para homens e mulheres, com 5.250 vagas para cada gênero e um total de 11.500 vagas, uma modalidade se destaca por não diferenciar entre sexos: o hipismo, na qual homens e mulheres competem juntos na mesma categoria. No entanto, nesta modalidade, a predominância masculina é evidente, com cerca de 60 homens a mais participando em comparação às mulheres.

Somente a partir dos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, todos os países participantes contaram com pelo menos uma atleta

mulher em suas delegações. Embora ainda existam modalidades restritas a um único gênero, como o decatlo, exclusivamente masculino, e o nado sincronizado e a ginástica rítmica, exclusivamente femininos, a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos tem crescido nos últimos anos.

Para Dealtry, a principal barreira ainda é o apoio ao esporte feminino, mas ela acredita que isso está mudando cada vez mais rápido. "Depois de Paris 2024, no Brasil, essa realidade pode mudar definitivamente. No entanto, nas posições de treinadoras, presidentes de confederações e outras posições importantes nas entidades esportivas, ainda vemos poucas mulheres atuando", complementa. Além disso, ela enfatiza: "É importante que as mulheres entendam de uma vez por todas que o esporte pode ser um caminho possível para quem quer competir em alto nível ou seguir outros caminhos na área. É um lugar para mulheres, e existe futuro nesse caminho. Que essa realidade mude cada vez mais."

MARCOS HISTÓRICOS DOS JOGOS OLÍMPICOS PARIS-2024

Na sua terceira edição dos Jogos Olímpicos, Paris deixou um legado feminino marcante. Pela primeira vez, os Jogos Olímpicos atingiram a menor diferença de gênero entre participantes homens e mulheres. A Cerimônia de Abertura celebrou esse marco com uma homenagem emocionante às mulheres que fizeram história. O tributo destacou figuras femininas que, ao longo dos anos, promoveram transformações significativas em várias áreas, exaltando seus legados e reafirmando o compromisso com a igualdade de gênero, tanto no esporte quanto na sociedade.

Entre os destaques da homenagem, estiveram Alice Milliat, esportista e ativista que lutou pelo reconhecimento das mulheres no esporte, tornando-se fundadora da Federação Internacional Esportiva Feminina, e Simone de Beauvoir, filósofa, escritora e ícone do feminismo moderno. Ambas foram lembradas e celebradas como figuras essenciais na defesa da igualdade de gênero, um dos pilares



Fotografía: Olympics Games/X

Alice Milliat foi uma das homenageadas na Cerimônia de Abertura

centrais de Paris 2024. Essas homenagens sublinharam a importância de suas contribuições e o impacto duradouro de seus legados na promoção da equidade e inclusão.

No momento simbólico do acendimento da pira olímpica, a tocha foi passada por diversos campeões olímpicos até chegar às mãos de Marie-José Pérec, lendária no atletismo, e Teddy Riner, judoca de renome mundial, ambos tricampeões olímpicos franceses. Unidos, eles acenderam a pira olímpica com o fogo sagrado, simbolizando uma nova era nos Jogos Olímpicos, em que a igualdade de gênero é celebrada de maneira inédita. Essa cerimônia marcou Paris 2024 como um evento histórico, reforçando o compromisso com a maior paridade entre homens e mulheres no esporte.

Fotografia: Marko Djurica



Teddy Riner e Marie-José Pérec acendem a pira olímpica

O alto nível esportivo em Paris 2024 não se limitou a uma nacionalidade e se estendeu a diferentes faixas etárias, com mulheres se destacando em todos os aspectos. Zheng Haohao, skatista da China, foi a atleta mais jovem a competir, completando 12 anos no dia da Cerimônia de Encerramento. Por outro lado, a australiana Arisa Trew, de 14 anos, e a americana Laura Kraut, de 58 anos, foram as medalhistas mais jovens e mais velhas dos Jogos, respectivamente, marcando presença nos eventos de skate park e salto por equipes no hipismo. Além disso, com 9 medalhas de ouro em Jogos Olímpicos, Katie Ledecky se consolidou como uma das maiores nadadoras de todos os tempos e a atleta com mais títulos olímpicos ainda em atividade, superando tanto homens quanto mulheres.

“Acredito que foi um grande diferencial na história do esporte feminino. O maior embate dos Jogos de Paris foi justamente o encontro entre Simone Biles e Rebeca Andrade na ginástica artística. O mundo parou para assistir a esse duelo, o que demonstra que a igualdade é mais do que necessária”, diz Dealtry sobre o legado feminino de Paris-2024 em comparação com edições anteriores. Ela ainda acrescenta: “Vimos muitas mulheres nas arquibancadas, como voluntárias, competindo em horários de destaque, com ingressos esgotados e com toda a notoriedade que merecem. Acredito que essa igualdade se tornará uma obrigação após Paris 2024, e o esporte feminino mudará definitivamente de patamar.”

E apesar das notáveis conquistas, a crescente presença feminina nos Jogos Olímpicos evidenciou várias questões que ainda precisam ser debatidas, resolvidas e compreendidas para que as mulheres possam competir em alto rendimento em condições equitativas.

Uma das imagens mais memoráveis de Paris-2024 surgiu no encerramento dos Jogos. Sifan Hassan, atleta dos Países Baixos, se destacou ao conquistar o ouro na maratona feminina. Nascida na

Etiópia e refugiada na Holanda, Hassan também obteve o bronze nos 5.000 m e 10.000 m, tornando-se a única atleta do atletismo a ganhar medalhas em três modalidades e estabelecendo um novo recorde. O feito de Hassan foi ainda mais significativo porque, como muçulmana, ela subiu ao pódio usando hijab, uma peça de vestuário religioso proibida para atletas na França.



Fotografia: Getty Images

Sifan Hassan ganhou três medalhas em três no atletismo e subiu ao pódio usando hijab

A campeã olímpica argelina de boxe até 66kg, Imane Khelif, esteve no centro de uma polêmica durante os Jogos Olímpicos de Paris 2024, evidenciando os desafios enfrentados pelas mulheres no esporte. A controvérsia surgiu após Khelif ser alvo de informações falsas sobre sua identidade de gênero. A atleta venceu a italiana Angela Carini, que desistiu da competição após sofrer uma fratura no nariz. A desistência gerou rumores infundados de que Carini teria se retirado devido à identidade trans de Khelif.

Na realidade, Imane Khelif é uma pessoa intersexo, nascida com órgãos genitais femininos e cromossomos sexuais XY, resultando em níveis de testosterona típicos do corpo masculino. No entanto, ela se identifica como mulher e compete nas categorias femininas. O COI condenou a “guerra cultural” contra Khelif e Lin Yu-ting, outra atleta criticada por questões de gênero, e defendeu que as duas boxeadoras atendiam aos requisitos legais para participação nos Jogos Olímpicos.

CARTA OLÍMPICA - COMO O COI TEM TRABALHADO PARA PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO

Foi apenas em 1996 que a Carta Olímpica, o documento fundamental que define os princípios do Movimento Olímpico, reconheceu que uma das responsabilidades do COI é “incentivar e apoiar a promoção das mulheres no esporte, em todos os níveis e em todas as estruturas, para implementar o princípio da igualdade entre homens e mulheres”. Ao longo dos anos, o compromisso do COI com a igualdade de gênero no Movimento Olímpico levou a um aumento constante na participação de atletas femininas nos Jogos Olímpicos. Um marco importante nesse processo foi alcançado em 2018, quando os Jogos Olímpicos da Juventude em Buenos Aires se tornaram o primeiro evento olímpico a ter uma representação totalmente equilibrada entre gêneros.

Quando as mulheres competiram pela primeira vez em Paris 1900, elas representavam apenas 2,2% dos participantes. Esse percentual foi crescendo de forma constante, com um aumento significativo a partir de Los Angeles 1984, no qual as mulheres representaram 23% dos atletas, seguido por 44% em Londres 2012, e chegando a 49,14% em Paris. A capital francesa não só se destacou por ser a edição mais equilibrada em termos de gêneros na história dos Jogos de Verão, mas também manteve a inovação de Tóquio 2020 ao permitir que um atleta masculino e um feminino carregassem juntos a bandeira de seus países na cerimônia de abertura.

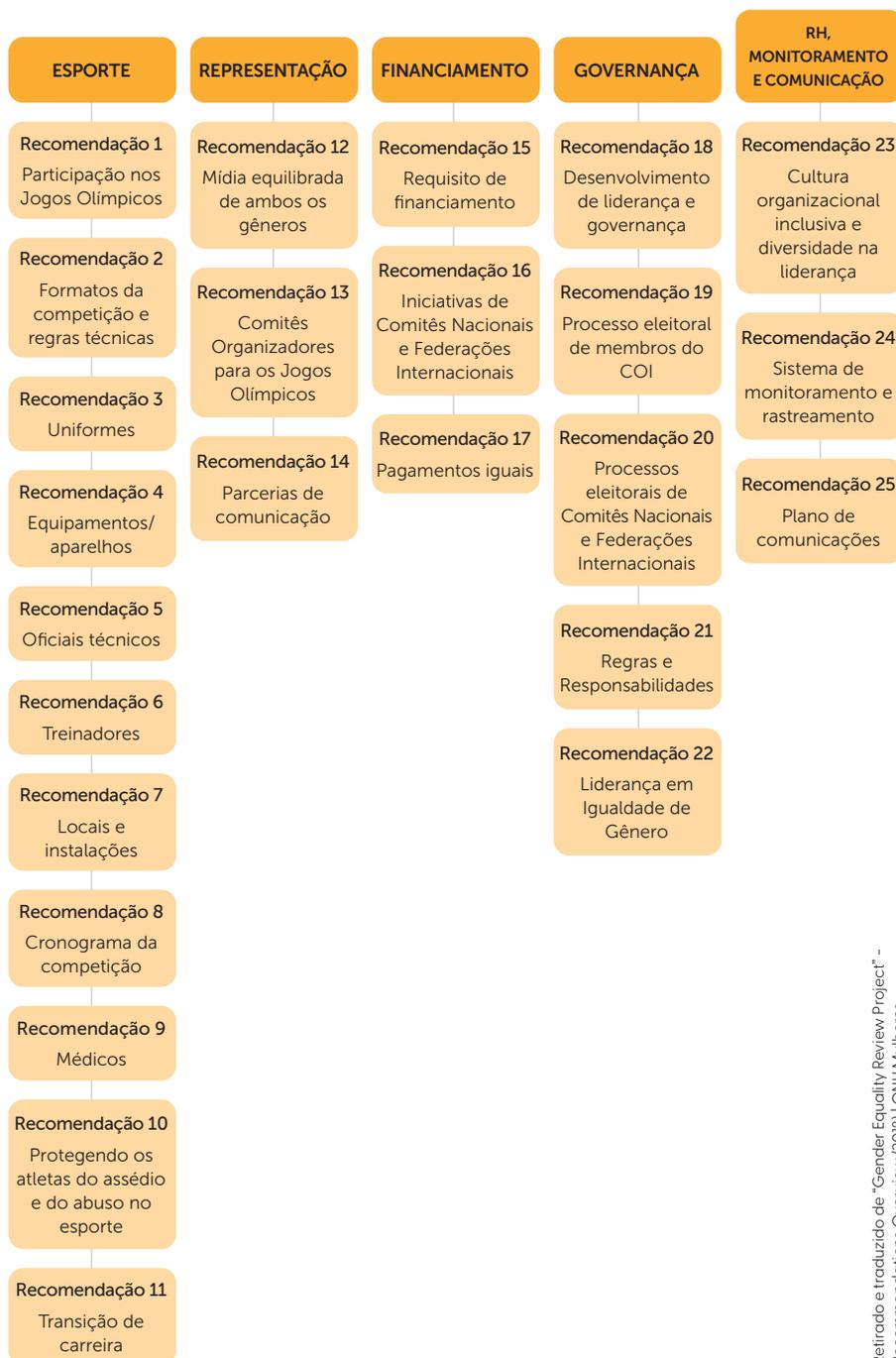
Outras importantes iniciativas, realizadas em parceria com Federações Esportivas Internacionais (FIs) e Comitês Olímpicos Nacionais (CONs), é a promoção dos avanços na igualdade de oportunidades para atletas de todos os gêneros nos Jogos Olímpicos.

Em Paris 2024, 28 dos 32 esportes tiveram equilíbrio de gênero. Além disso, a programação dos eventos foi organizada para garantir uma distribuição justa ao longo dos Jogos. Essa abordagem equilibrada não só melhora a cobertura midiática, permitindo uma representação equitativa de todos os atletas, como também serve de inspiração para a próxima geração, ao destacar competições femininas de forma significativa, como a final de ginástica artística, com a prova do solo feminino sendo a última no encerramento da modalidade.

Outra questão de análise para Deastry foi como a visibilidade e a representação midiática equilibrada das competições femininas impactaram a percepção pública e o incentivo para a próxima geração de atletas. Ela afirma: "Tenho certeza de que a influência das meninas já está acontecendo. A oportunidade de o mundo parar para assistir ao encontro de duas das maiores atletas do mundo em uma final de ginástica artística trouxe o holofote que as mulheres mereciam no maior evento do planeta! Rebeca e Simone brilharam e serviram de inspiração para muitas meninas ao redor do mundo. Elas vão crescer entendendo que podem alcançar lugares cada vez maiores, receber reconhecimento e ter mais oportunidades."

Além de suas iniciativas no esporte, o Movimento Olímpico também se empenha em promover a igualdade fora dos campos de competição. Em 2018, o COI estabeleceu um grupo de trabalho composto pela Comissão de Atletas e pela Comissão da Mulher no Esporte. Os resultados desse grupo foram divulgados no "Projeto de Revisão da Igualdade de Gênero" (Gender Equality Review Project). O relatório identificou cinco fatores cruciais para promover ambientes mais seguros e inclusivos: esporte, representação, financiamento, governança, recursos humanos, monitoramento e comunicação. Essas áreas foram destacadas como essenciais para a implementação efetiva da igualdade de gênero.

Cinco fatores para promover ambientes mais seguros e inclusivos



O COI está empenhado em criar oportunidades para treinadoras em todos os níveis, desde a base até a elite. O programa Women in Sport High-Performance Pathway (WISH) é uma peça fundamental nessa estratégia. Financiado pela Solidariedade Olímpica, o programa de quatro anos tem como objetivo apoiar treinadoras no desenvolvimento de suas habilidades de liderança, fortalecer sua confiança e impulsionar suas carreiras.

Um exemplo desse programa é a treinadora Emilie Bydwell, que fez história ao se tornar a primeira treinadora de qualquer equipe de rúgbi sevens – masculina ou feminina – nos Jogos Olímpicos. Sob sua liderança, a equipe feminina dos EUA conquistou a medalha de bronze, a primeira medalha olímpica do país na modalidade.

Em maio de 2021, o COI aprovou 21 metas para igualdade e inclusão de gênero para o período de 2021 a 2024. Essas metas são baseadas nos avanços alcançados pela Agenda Olímpica 2020 e pelo Projeto de Revisão da Igualdade de Gênero e definem ações para ajudar a alcançar a recomendação da Agenda Olímpica 2020+5.

O COI também está colaborando com o Movimento Olímpico para aumentar a presença feminina em posições de liderança dentro da organização. A recente eleição na Sessão do COI em Paris reforçou esse compromisso, elevando a participação de mulheres na governança da entidade. Atualmente, as mulheres representam 42,3% dos membros do COI, um avanço significativo em comparação aos 21% de 2013. Além disso, após Paris 2024, as mulheres passaram a compor 46,7% do Conselho Executivo do COI, demonstrando um progresso contínuo em direção à igualdade de gênero na liderança olímpica.

5

Os jogos delas:
as mulheres
brasileiras
em Paris

INÍCIO DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA FEMININA EM JOGOS OLÍMPICOS

A trajetória olímpica do Brasil começou há 104 anos, com sua estreia em 1920, em Antuérpia, na Bélgica. Desde então, o país acumulou 170 medalhas, distribuídas em 40 ouros, 49 pratas e 81 bronzes. Na sua primeira participação, o Brasil enviou uma delegação de 21 atletas homens, que competiram em cinco modalidades: natação, polo aquático, remo, saltos ornamentais e tiro esportivo. A primeira medalha olímpica brasileira foi conquistada em 2 de agosto, quando Afrânio da Costa, natural de Macaé, Rio de Janeiro, ganhou a prata na pistola livre (50m). Logo após, Afrânio da Costa, Dario Barbosa, Fernando Soledade, Guilherme Paraense e Sebastião Wolf conquistaram o bronze por equipes na pistola militar (50m).

Somente doze anos depois, em 1932, nos Jogos de Los Angeles, o Brasil contou com a participação de sua primeira atleta feminina. Maria Lenk, então com 17 anos, entrou para a história ao competir na natação, marcando a estreia das mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos, entre os 82 atletas que participaram da delegação.

Apesar de não ter conquistado medalhas olímpicas em sua carreira, Maria Lenk teve um papel fundamental no esporte brasileiro. Em 1960, ela se tornou a primeira mulher a integrar o Conselho Nacional de Desportos (CND). Sua atuação foi decisiva em várias conquistas esportivas nacionais, especialmente em sua oposição ao Decreto-lei nº 3.199, que vigorou entre 1941 e 1945, e proibia as mulheres de praticarem esportes considerados "incompatíveis com as condições de sua natureza."

Juliana Lisboa, jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e mestre em ciências humanas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), destacou a importância da participação de Maria Lenk nos Jogos Olímpicos de 1932 como um marco pioneiro para o esporte feminino no Brasil. Segundo

Lisboa, “Maria Lenk foi a primeira brasileira e sul-americana a competir nos Jogos Olímpicos, abrindo caminhos para todas as outras que vieram depois dela. Sua participação foi extremamente vitoriosa do ponto de vista do espírito esportivo”.

A jornalista Juliana Yamaoka, formada e pós-graduada em Produção, e Gestão de Audiovisual Transmídia pela Cásper Líbero, também destaca o legado de Maria Lenk: “A gente tem competições de natação no nome dela, o Complexo Olímpico do Rio de Janeiro, das piscinas, leva o nome dela. Ela já recebeu diversas homenagens, patrona de diversas coisas.” Yamaoka ainda ressalta que Lenk plantou sementes que beneficiaram as atletas de hoje, permitindo que novas gerações continuem a florescer no esporte.

Fotografia: Divulgação



Maria Lenk foi a primeira mulher brasileira a participar de uma edição de Jogos Olímpicos

A inclusão de mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos é um fenômeno relativamente recente. Até a Olimpíada de Montreal, em 1976, o Brasil não contava com mais de dez atletas femininas em sua delegação. A mudança começou a se intensificar nas edições seguintes: em Moscou, em 1980, o número de mulheres brasileiras aumentou para quinze; em Los Angeles, em 1984, passou para vinte e duas; e, em Seul, em 1988, chegou a trinta e cinco.

A primeira medalha olímpica conquistada por uma mulher brasileira ocorreu 60 anos após a participação de Maria Lenk. Esse marco histórico foi alcançado em 1996, durante os Jogos Olímpicos de Atlanta, com as vitórias das seleções femininas de vôlei, basquete e vôlei de praia.

Um reflexo dessa introdução tardia é a baixa representatividade feminina nos setores organizacionais das federações e nos cargos de direção esportiva. Um exemplo disso é que, entre as 52 confederações esportivas brasileiras, apenas a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) é atualmente liderada por uma mulher, Maria Luciene Cacho Resende, que exerce a função de presidente.

Lisboa comenta como a baixa representatividade feminina em cargos de liderança nas confederações brasileiras afeta diretamente as políticas de incentivo ao esporte feminino e a igualdade de oportunidades. "Acredito que todas as confederações precisam ter departamentos específicos para melhorar o aproveitamento em todas as áreas. Sem profissionais capacitados para entender as necessidades e peculiaridades de cada setor, é impossível pensar em melhoria ou evolução coordenada", afirma. Ela destaca que, no caso de mulheres e meninas, além dos treinamentos físicos, é essencial ter um cuidado maior com a prevenção e acolhimento em casos de abuso e assédio sexual.

Este tipo de abordagem não se limita apenas ao preparo técnico ou à performance esportiva, mas também envolve um olhar atento às vulnerabilidades que muitas atletas enfrentam em seus ambientes de treino. A criação de espaços seguros, o fortalecimento de políticas institucionais de proteção, e a promoção de uma cultura de respeito e inclusão são fundamentais para garantir que elas possam se desenvolver plenamente sem medo de represálias ou violência. Isso envolve não apenas ações preventivas, como palestras e treinamentos sobre o tema, mas também a presença de uma rede de apoio pronta para acolher e orientar as vítimas, garantindo que casos de abuso e assédio sejam tratados com a seriedade e a urgência que merecem.

Lisboa complementa: "Com mais mulheres em cargos de gestão, é mais fácil compreender o universo feminino em termos de alto rendimento, o que precisa mudar, as melhores formas de lidar com conflitos ou problemas, e também lutar por mais equilíbrio em premiações, transmissões televisivas e direitos de imagem das atletas."

O PROTAGONISMO FEMININO NOS JOGOS OLÍMPICOS DE PARIS É O BRILHO DO BRASIL

Antes mesmo do início dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, as mulheres brasileiras já estavam fazendo história. Pela primeira vez em mais de cem anos de participação do país em Olimpíadas, a delegação brasileira contou com mais mulheres do que homens, totalizando cerca de 55% da equipe. Dos 277 atletas classificados em 39 modalidades, 154 eram mulheres e 123 homens, representando um aumento feminino de quase 10% em relação à última Olimpíada, realizada em Tóquio em 2021. Esse dado representa um avanço na luta pela igualdade de gênero no esporte, considerando que, no Brasil, as mulheres historicamente enfrentam mais dificuldades nas práticas esportivas, com menos apoio financeiro e estrutural em comparação aos homens em diversas modalidades.

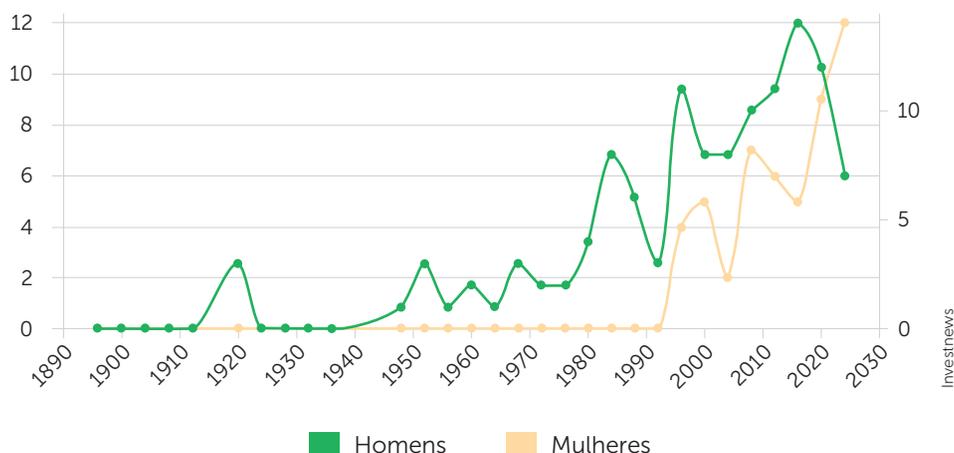
O protagonismo feminino se consolidou não apenas em quantidade, já que, das vinte medalhas conquistadas pelo time brasileiro, doze foram por mulheres. Todos os três ouros do país nesses Jogos vieram de atletas femininas: Rebeca Andrade no solo da ginástica artística, Beatriz Souza na categoria acima de 78kg no judô, e a dupla Ana Patrícia e Duda, que encerrou um jejum de 28 anos sem brasileiras no lugar mais alto do pódio no vôlei de praia olímpico. A vitória da dupla aos pés da Torre Eiffel, reafirma o crescente impacto das mulheres no esporte brasileiro. Em comparação, nos Jogos de Atlanta 1996, as medalhas conquistadas no vôlei de praia – com o ouro de Jacqueline e Sandra, e a prata de Mônica e Adriana Samuel – marcaram as primeiras vezes que mulheres brasileiras subiram ao pódio olímpico.

Uma das medalhas mais comemoradas foi o bronze do Brasil por equipes na ginástica artística. A conquista contou não apenas com o talento de Rebeca Andrade, mas também com o de suas companheiras Flávia Saraiva, Jade Barbosa, Lorrane Oliveira e Júlia Soares.

Elas representam o legado de pioneiras como Daiane dos Santos, Daniele Hypolito e outras ginastas que abriram caminho e quebraram barreiras antes delas. Já nas águas, Tatiana Weston-Webb ganhou os holofotes ao conquistar a prata nas ondas de Teahupoo, localizada na costa sudoeste do Taiti, na Polinésia Francesa, tornando-se a primeira mulher brasileira medalhista olímpica no surfe.

Desde os Jogos Olímpicos de Sydney 2000, o Brasil sempre teve medalhas de ouro masculinas ao final de cada edição, com exceção desse ano, quando o país conquistou apenas pratas e bronzes. A última vez que o Brasil havia terminado uma Olimpíada sem ouro masculino foi em 1980.

Número de medalhas por gênero do Brasil em Olimpíadas



Não só as medalhas refletem o sucesso das mulheres brasileiras na edição olímpica, mas também o desempenho exemplar de outras atletas que emocionaram o público com suas atuações. Na ginástica rítmica, o conjunto comoveu a torcida ao ficar de fora da final após competir com uma das integrantes, a ginasta Victória Borges, lesionada. Apesar da adversidade, o esforço e a união do grupo deixaram uma impressão duradoura, demonstrando o nível de preparação e comprometimento das atletas, que estão em

ascensão no cenário internacional. Já no individual, Barbara Domingos fez história ao se tornar a primeira brasileira a alcançar a final do individual geral na ginástica rítmica, um feito que evidencia o avanço do Brasil em uma modalidade que tradicionalmente tem forte presença de potências europeias.

Fotografia: Ricardo Bufolin/CBG



Na foto, a ginasta Victória Borges, durante a primeira apresentação antes de se lesionar

Ana Sátilla, da canoagem, foi outro nome que chamou atenção pela sua entrega em três provas distintas. Competindo com intensidade, ela ficou muito próxima de conquistar uma medalha. No K1 (caiaque individual), alcançou a quarta posição, apenas um lugar fora do pódio, enquanto no C1 (canoas individuais), chegou em quinto. Sua participação na final do KX (caiaque cross) a colocou em oitavo lugar, reforçando seu status como uma das atletas mais versáteis do Brasil na modalidade. Sua dedicação e proximidade do pódio, em competições extremamente técnicas e disputadas, garantiram a ela o respeito e a admiração do público e de especialistas no esporte.

Esses resultados são reflexo de um movimento contínuo de ascensão das mulheres no esporte brasileiro, que têm desafiado estigmas e conquistado espaços em modalidades que historicamente receberam menos visibilidade e apoio financeiro. A participação brasileira feminina nos Jogos de Paris 2024 exemplifica essa nova era do esporte feminino no Brasil, onde a superação pessoal e o talento são reconhecidos e celebrados em nível mundial.

Sobre as principais mudanças estruturais e de apoio necessárias para fortalecer o esporte feminino no Brasil e garantir mais conquistas olímpicas no futuro, Juliana Yamaoka destaca a importância de uma abordagem ampla. “Tem que pensar em cobrar das autoridades e apostar na formação, não só de atletas, mas também de mulheres nas comissões técnicas. É fundamental trabalhar em conjunto com os homens para buscar essa igualdade de gênero, não apenas no número de atletas ou participações, mas em todos os âmbitos que envolvem as mulheres.”

Yamaoka reforça que é crucial proporcionar condições adequadas para que essas mulheres possam exercer suas funções sem restrições: “Mais do que isso, é preciso dar estrutura para que elas possam atuar sem se prejudicar. Temos mulheres com técnica e conhecimento de sobra, que muitas vezes aguardam por oportunidades.”

AS MULHERES BRASILEIRAS NOS JOGOS PARALÍMPICOS



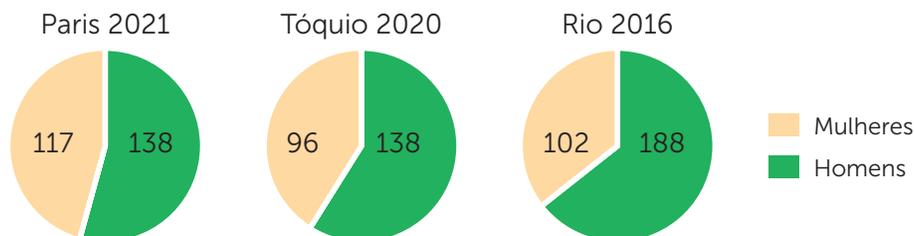
Fotografia: Getty Images

Márcia Malsar foi uma das primeiras mulheres brasileiras medalhistas e uma das responsáveis por carregar a tocha olímpica na Rio-2016

Embora os Jogos Paralímpicos tenham sido realizados pela primeira vez em Roma, Itália, em 1960, foi apenas em 1984, nas edições realizadas em Nova York, EUA, e Stoke Mandeville, Inglaterra, que as mulheres brasileiras conquistaram suas primeiras medalhas. As atletas Márcia Malsar (200 metros rasos), Amin-tas Piedade (arremesso de peso e lançamento de dardo), Maria Jussara Mattos (natação) e Miracema Ferraz (arremesso de peso, natação e slalom) foram pioneiras, garantindo os primeiros pódios femininos para o Brasil na história dos Jogos Paralímpicos.

Assim como nos Jogos Olímpicos, a delegação brasileira nos Jogos Paralímpicos de Paris também registrou sua maior participação feminina de todas as edições, tanto em número total de atletas quanto em percentual da equipe. Dos 255 atletas brasileiros que competiram na França, 117 eram mulheres, representando 45,88% do total. Esse crescimento reflete uma evolução em comparação aos Jogos Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, quando o Brasil teve 102 mulheres, ou 35,17% da delegação. Em termos percentuais, o recorde anterior havia sido alcançado nos Jogos de Tóquio 2020, com 41,03% de participação feminina.

Quantidade de atletas mulheres com deficiência do Brasil nas últimas três edições dos Jogos



Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)

As atletas brasileiras foram os destaques nos Jogos de Paris, conquistando a maioria das medalhas de ouro do país e quase metade dos pódios gerais. Ao todo, foram 43 medalhas: 13 de ouro, 12 de prata e 18 de bronze, marcando o melhor desempenho das mulheres na história paralímpica do Brasil. Esse resultado superou a marca de Tóquio 2020, quando as brasileiras conquistaram 26 medalhas — sete de ouro, sete de prata e 12 de bronze.

Porém a superioridade das mulheres no quadro de medalhas paralímpicas não é novidade para o Brasil. Nos Jogos de Sydney 2000, elas já haviam mostrado sua força ao conquistar cinco dos seis ouros brasileiros, consolidando o protagonismo feminino no esporte. Esse feito, porém, foi um marco isolado por um tempo, já que, a partir de Atenas 2004, os homens assumiram a dianteira, conquistando a maioria das medalhas douradas nas edições seguintes dos Jogos Paralímpicos.

Tabela com os desempenhos femininos nos Jogos Paralímpicos desde 1996

Ano	Ouro	Prata	Bronze	Total
2024	13	12	18	43
2021	7	8	12	27
2016	2	6	11	19
2012	3	4	4	11
2008	1	4	8	13
2004	3	4	4	11
2000	5	1	0	6
1996	0	3	3	6

Globo/GE

Carol Santiago fez história ao se tornar a maior medalhista de ouro do Brasil nos Jogos Paralímpicos. A nadadora da classe SB12 (baixa visão) chegou a um total de seis ouros em sua carreira, sendo três deles conquistados nos Jogos de Paris. Com esse feito, Carol superou o recorde da velocista Ádria Santos, que havia subido quatro vezes ao lugar mais alto do pódio entre os Jogos de Barcelona 1992 e Atenas 2004. Além dos ouros, a atleta alcançou a marca de dez medalhas paralímpicas no total, somando seis ouros, três pratas e um bronze, o que a coloca na quinta posição entre os atletas brasileiros com o maior número de medalhas conquistadas.

As mulheres fizeram história ao garantir a melhor campanha do halterofilismo brasileiro nos Jogos Paralímpicos, conquistando duas medalhas de ouro e dois bronzes. O primeiro ouro veio com Mariana D'Andrea, que repetiu o feito de Tóquio 2020 na categoria até 73kg, estabelecendo ainda um novo recorde com um levantamento de 148kg. No último dia de competições, Tayana Medeiros brilhou ao conquistar o ouro na categoria até 86kg, com um levantamento de 156kg, o melhor resultado da história da prova.

As outras duas medalhas de bronze vieram acompanhadas de recordes continentais. Maria de Fátima Castro se destacou na categoria até 67kg ao levantar 133kg, tornando-se recordista das Américas. Já Lara Lima, na categoria até 41kg, fez a melhor marca continental com um levantamento de 109kg.

O top 5 no quadro geral de medalhas também contou com a contribuição significativa de outros esportes do programa paralímpico. Assim como nos Jogos Olímpicos, o judô feminino foi um dos grandes destaques, conquistando um total de quatro medalhas. Alana Maldonado conquistou o ouro na categoria até 70kg, e Rebeca Silva garantiu o lugar mais alto do pódio na categoria acima de 70kg, ambas na classe J2 (atletas com baixa visão). Além disso, Brenda Freitas levou a prata na categoria até 70kg, enquanto Rosicleide Andrade conquistou o bronze na categoria até 48kg, ambas competindo na classe J1 (atletas cegos totais ou com percepção de luz).

Por fim, Juliana Lisboa avalia o impacto da crescente participação feminina nas delegações brasileiras, tanto nos Jogos Olímpicos quanto nos Paralímpicos, e os desafios ainda enfrentados pelas atletas em termos de apoio e visibilidade. “Vejo com felicidade, mas também com cautela. Em relação especificamente ao paradesporto, a participação feminina no Brasil ainda precisa de mais incentivo. A delegação de 2024 foi a que mais teve mulheres, mas elas representaram apenas 45% do total. Além da luta contra o capacitismo, que vale para os dois gêneros, as mulheres com deficiência, assim como outros recortes, como o de raça e classe, sofrem mais discriminação e enfrentam mais barreiras para ingressar no esporte.”

Lisboa também ressalta a importância de incentivar mais mulheres a atuarem como atletas-guias, gestoras e coordenadoras, além de enfatizar a necessidade de ampliar a representação feminina em modalidades paralímpicas, como o futebol de cegos, que atualmente é disputado apenas por homens.

**Total de medalhas brasileiras nos Jogos
Paralímpicos de Paris 2024**

	Ouro	Prata	Bronze	Total
Homens	12	13	18	43
Mulheres	13	12	18	43
Misto	0	1	2	3
Total	25	26	38	89

Globo/GE

Com base nas proposições de Elias, N., & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*, compreende-se que as mulheres foram – e em muitas esferas ainda são – consideradas outsiders. Até recentemente, faltavam recursos organizacionais e redes de apoio que pudessem alterar significativamente o desequilíbrio de poder entre os sexos a seu favor (LISTON, *Revisitando as Relações entre os Sexos no Esporte*, 2014). Apesar das circunstâncias históricas que ampliaram o poder das mulheres, elas ainda lutam pela igualdade de gênero. Enfrentam estigmas enraizados que as limitam ao papel

de donas de casa e mães, provando, assim, sua força e capacidade de atuação em diversas áreas sociais, desde que tenham acesso a oportunidades justas.

Os avanços das mulheres nos Jogos Olímpicos vão além das conquistas esportivas, simbolizando transformação social e resistência. Cada vitória e cada espaço conquistado refletem a superação de décadas de preconceitos e desafios, reafirmando a capacidade das mulheres de alcançar os mais altos níveis de desempenho, mesmo diante das adversidades históricas e culturais. Esse progresso representa não só uma vitória para as mulheres, mas também uma inspiração para todos que acreditam em um futuro de equidade e reconhecimento pleno das capacidades individuais, independente do gênero.

CONCLUSÃO

É evidente que a trajetória das mulheres nos Jogos Olímpicos representa uma evolução significativa, marcada por conquistas históricas e contínuos desafios. Desde a estreia feminina em Paris 1900, com participação limitada a modalidades vistas como «adequadas» ao gênero, até a recente edição de Paris 2024, onde quase 50% dos atletas foram mulheres, observamos o impacto direto dos movimentos feministas na luta por igualdade. Esse progresso não se deu de forma linear, mas sim por meio de reivindicações constantes que abriram novas portas para as mulheres no esporte, refletindo conquistas mais amplas pela igualdade de direitos ao longo do século XX.

Embora a presença feminina nos Jogos Olímpicos tenha alcançado marcos importantes, como o maior equilíbrio na distribuição de vagas e o crescente número de eventos em horários de destaque para mulheres, ainda há obstáculos a serem superados. A disparidade na visibilidade e no financiamento das modalidades femininas demonstra que a luta por igualdade de gênero no esporte é uma construção contínua. Esses desafios indicam que o compromisso com a equidade deve ser uma prioridade para o Comitê Olímpico Internacional e para as organizações esportivas, visando garantir que as conquistas femininas recebam o mesmo reconhecimento e apoio que as masculinas.

Assim, a trajetória feminina nos Jogos Olímpicos representa mais do que uma história de inclusão; é um marco de resistência e de transformação cultural e social. A cada edição, novos avanços consolidam o espaço das mulheres no esporte de alto rendimento, provando que o caminho para a igualdade de gênero continua a evoluir. Este percurso não apenas redefine o papel das mulheres no contexto olímpico, mas também serve de inspiração para futuras gerações, que agora podem ver no esporte um espaço legítimo de oportunidades e desenvolvimento. A presença crescente de atletas femininas nos Jogos projeta um futuro onde o reconhecimento e o incentivo são garantidos a todas as pessoas, independente do gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONROE, P. História da educação. São Paulo: Editora Nacional, 1972

MIRAGAYA, A. (2002). The female Olympian. In DaCosta, L. Olympic Studies Current Intellectual Crossroads. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho

LASCH, Christopher. A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. The Promotion of Women in the Olympic Movement. Lausanne: Department of International Cooperation –IOC, 2009

NEIBURG, F. APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LISTON, K. Revisitando as Relações entre os Sexos no Esporte na Ilha da Irlanda. In: LANDINI, T. S.; DÉPELTEAU, F. (orgs.). Norbert Elias e a Pesquisa Empírica. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014.



Este livro-reportagem explora a longa e árdua trajetória das mulheres no esporte olímpico, desde a exclusão completa nos Jogos da Grécia Antiga até a histórica conquista de igualdade de gênero nos Jogos Olímpicos de Paris 2024. Analisando o papel dos movimentos feministas e de figuras pioneiras como Alice Milliat, a obra destaca os avanços femininos em meio a resistências sociais e culturais ao longo dos séculos. Paris 2024, com sua composição quase igualitária entre atletas homens e mulheres, reflete um marco de transformação, simbolizando uma nova era de reconhecimento e visibilidade.

O protagonismo feminino brasileiro também se destaca, mostrando a força da resistência e união das mulheres para superar obstáculos e transformar a história olímpica, ampliando a visibilidade e contribuindo para um cenário mais igualitário no esporte.